



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS



PROJETO DE LEI Nº 322

DE 25 DE agosto

DE 2015.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REDAÇÃO

Em 26/08/2015

1º Secretário

“Altera a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração como de utilidade pública das entidades civis constituídas no Estado.”

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

- I - que adquiriram personalidade jurídica;
- II - que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III – que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV – que seus diretores são pessoas idôneas.

Parágrafo único. O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do caput deste artigo poderá ser firmado pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador, ou por seus substitutos legais, do Município ou da comarca em que a entidade for sediada.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS



Art. 2º ...

Parágrafo único. As entidades detentoras de utilidade pública e que formalizarem parceria que envolva ou não transferências voluntárias de recursos financeiros com a administração pública em regime de mútua cooperação, deverão atender as exigências do artigo 64 da Lei nº 18.025, de 22 de maio de 2013.

Art. 3º Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

§1º - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.

§2º - que tenha contra si, sentença condenatória transitada em julgado, proferida por órgão judicial colegiado, em razão de improbidade administrativa, má gestão de recursos públicos, ou prática de crimes contra a economia popular, a fé pública e o patrimônio público.

§3º - a entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de 2 (dois) anos contados da data da revogação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE

2015.


FRANCISCO JR
Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS



JUSTIFICATIVA

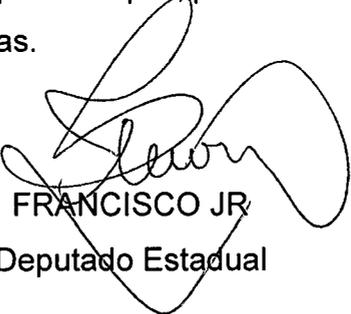
O aperfeiçoamento das relações de parcerias entre o governo e as entidades do terceiro setor, passam por uma maior fiscalização destas entidades e uma melhor análise por parte do ente público dos critérios de qualificação das mesmas.

A democracia e a transparência no país tem exigido dos órgãos e entidades a adoção de modelos de gestão que explicitem as boas práticas e a eficiência no manejo dos recursos públicos.

A lei estadual que concede o título de utilidade pública às entidades, comporta uma adequação à atual realidade social, econômica e jurídica, de modo a permitir explicitamente a cassação do referido benefício às entidades que, após processo judicial, com garantia da ampla defesa e do contraditório, tenha sido, em grau recursal, condenada por práticas incompatíveis com os interesses públicos.

As entidades são chamadas à melhorar suas condutas e gestão de modo a preservar a confiança da sociedade, por meio das parcerias com o Estado, na aplicação e utilização de recursos públicos.

São estas, pois, as razões pelas quais levo a presente questão para discussão e deliberação dos nobres pares, a respeito da qual, pela relevância e oportunidade da matéria, conto com o apoio dos Nobres Colegas.



FRANCISCO JR
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2015002876

Data Autuação: 26/08/2015

Projeto : 322-AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. FRANCISCO JR;
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto:

ALTERA A LEI Nº 7.371, DE 20 DE AGOSTO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA DECLARAÇÃO COMO DE UTILIDADE PÚBLICA DAS ENTIDADES CIVIS CONSTITUÍDAS NO ESTADO.



2015002876



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
ESTADO DE GOIÁS



PROJETO DE LEI Nº 322 DE 25 DE agosto DE 2015.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA
E REDAÇÃO
Em 26/08/2015
1º Secretário

“Altera a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971,
que dispõe sobre as normas para declaração
como de utilidade pública das entidades civis
constituídas no Estado.”

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

- I - que adquiriram personalidade jurídica;
- II - que estão em funcionamento há mais de um ano;
- III - que os cargos de sua direção não são remunerados;
- IV - que seus diretores são pessoas idôneas.

Parágrafo único. O atestado do cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do caput deste artigo poderá ser firmado pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador, ou por seus substitutos legais, do Município ou da comarca em que a entidade for sediada.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS



Art. 2º ...

Parágrafo único. As entidades detentoras de utilidade pública e que formalizarem parceria que envolva ou não transferências voluntárias de recursos financeiros com a administração pública em regime de mútua cooperação, deverão atender as exigências do artigo 64 da Lei nº 18.025, de 22 de maio de 2013.

Art. 3º Qualquer cidadão ou entidade poderá requerer, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

§1º - deixar de preencher qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei.

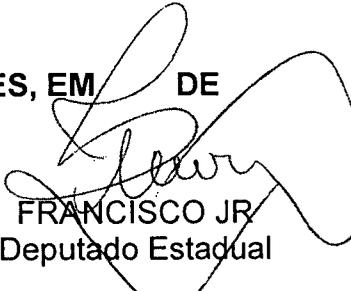
§2º - que tenha contra si, sentença condenatória transitada em julgado, proferida por órgão judicial colegiado, em razão de improbidade administrativa, má gestão de recursos públicos, ou prática de crimes contra a economia popular, a fé pública e o patrimônio público.

§3º - a entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de 2 (dois) anos contados da data da revogação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE

2015.


FRANCISCO JR.
Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS



JUSTIFICATIVA

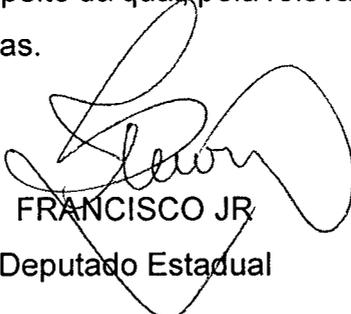
O aperfeiçoamento das relações de parcerias entre o governo e as entidades do terceiro setor, passam por uma maior fiscalização destas entidades e uma melhor análise por parte do ente público dos critérios de qualificação das mesmas.

A democracia e a transparência no país tem exigido dos órgãos e entidades a adoção de modelos de gestão que explicitem as boas práticas e a eficiência no manejo dos recursos públicos.

A lei estadual que concede o título de utilidade pública às entidades, comporta uma adequação à atual realidade social, econômica e jurídica, de modo a permitir explicitamente a cassação do referido benefício às entidades que, após processo judicial, com garantia da ampla defesa e do contraditório, tenha sido, em grau recursal, condenada por práticas incompatíveis com os interesses públicos.

As entidades são chamadas à melhorar suas condutas e gestão de modo a preservar a confiança da sociedade, por meio das parcerias com o Estado, na aplicação e utilização de recursos públicos.

São estas, pois, as razões pelas quais levo a presente questão para discussão e deliberação dos nobres pares, a respeito da qual, pela relevância e oportunidade da matéria, conto com o apoio dos Nobres Colegas.



FRANCISCO JR
Deputado Estadual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Ao Sr. Dep. (s) Alvaro Guimarães

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 10/09 / 2015.

Presidente:

Handwritten signature of the President of the Commission.



PROCESSO n.º : 2015002876
INTERESSADO : DEPUTADO FRANCISCO JR
ASSUNTO : Altera a Lei nº. 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração como de utilidade pública das entidades civis constituídas no Estado.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de projeto de lei, de iniciativa do ilustre Deputado Francisco Jr., que pretende alterar a Lei nº. 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração como de utilidade pública das entidades civis constituídas no Estado.

Segundo a justificativa a alteração visa a adequação da norma à atual realidade social, econômica e jurídica, de modo a permitir a cassação do título de utilidade pública daquelas entidades cujas praticas se mostrem incompatíveis com os interesses públicos, não sem antes proporcionar o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Verifica-se que as modificações propostas ampliam os requisitos que devem ser atendidos pelas entidades que almejam a qualificação, de modo a permitir a este Poder uma análise mais percuciente das suas atividades e dos seus administradores.

Constata-se que a propositura em tela é relevante e plenamente compatível com o ordenamento jurídico vigente, inexistindo impedimentos à sua regular tramitação nesta Casa Legislativa, inclusive vindo ao encontro dos princípios da transparência e da moralidade.

Por outro lado, visando o aprimoramento da proposição apresentamos à consideração desta Comissão o SUBSTITUTIVO abaixo:

“SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 322, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Altera a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração, como de utilidade pública de entidades civis constituídas no Estado.



A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

I – que possuam personalidade jurídica e não tenham fins lucrativos;

II – que estão em efetivo funcionamento há mais de um ano e sirvam desinteressadamente à coletividade;

III – que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados;

IV – que seus diretores sejam pessoas idôneas.

§ 1º A prova das exigências contidas nos incisos I e III deste artigo far-se-á mediante apresentação do documento de constituição da entidade atualizado e de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

§ 2º A prova das exigências contidas no inciso II deste artigo far-se-á mediante apresentação de atestado emitido por Juiz de Direito, Promotor de Justiça ou Delegado de Polícia da localidade em que a entidade tem sede.

§ 3º A prova da exigência contida no inciso IV deste artigo far-se-á mediante apresentação de Certidão Cível e Criminal negativa, atualizada, de todos os diretores, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

§ 4º Considera-se pessoa inidônea, para o fim do disposto no inciso IV deste artigo, aquela que tiver contra si condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

§ 5º A falta de qualquer dos documentos enumerados neste artigo importará no arquivamento do processo”. (NR)

“Art. 2º

Parágrafo único. As entidades detentoras de utilidade pública e que formalizarem parceria que envolva ou não transferências voluntárias de recursos financeiros com a administração pública em regime de mútua cooperação, deverão atender as exigências do artigo 64 da Lei nº 18.025, de 22 de maio de 2013.” (NR)



“Art. 3º Qualquer cidadão poderá requerer ao Poder Legislativo, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

I - deixar de cumprir qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei;

II - tenha contra si ou os membros da diretoria, decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judícia colegiado, em razão de improbidade administrativa, má gestão de recursos públicos, ou prática de crimes contra a economia popular, a fé pública e o patrimônio público;

III - participar de campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.”

Parágrafo único. A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de 2 (dois) anos contados da data da decisão.” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as alíneas “a”, “b” e “c” do art. 1º da Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, aplicando-se aos processos apresentados a partir de sua vigência.”

Isto posto, **desde que adotado o substitutivo supra**, somos pela **aprovação** da proposição em pauta.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 01 de Setembro de 2016.

Deputado ALVARO GUIMARÃES

Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATERIA.**

Processo N° 2876/15

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 07/06 /2016.

Presidente:

Solon Amaral

APROVADO EM 1ª
À 2ª DISCUSSÃO E
VOTAÇÃO
Em 31/06/2016
1º Secretário

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
E VOTAÇÃO, A SECRETARIA
PI/ EXTRAÇÃO DE AUTOGRÁFO.
Em 25/06/2016
1º Secretário



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
Alameda dos Buritis, n.231, Setor Oeste, Goiânia-GO. CEP 74.115-970
Telefones: (62) 3221-3022 Fax: 3221-3375
Site: www.al.go.leg.br



Ofício nº 595-P

Goiânia, 22 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Governador do Estado de Goiás
MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo de lei nº 261, aprovado em sessão realizada no dia 21 de junho do corrente ano, de autoria do **Deputado FRANCISCO JR**, que altera a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração, como de utilidade pública, das entidades civis constituídas no Estado.

Atenciosamente,



Deputado HELIO DE SOUSA
- PRESIDENTE -



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 261 , DE 21 DE JUNHO DE 2016.
LEI Nº , DE DE DE 2016.

Altera a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração, como de utilidade pública, das entidades civis constituídas no Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

alterações: Art. 1º A Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, passa a vigorar com as seguintes

“Art. 1º

- I – que possuam personalidade jurídica e não tenham fins lucrativos;
- II – que estão em efetivo funcionamento há mais de um ano e sirvam desinteressadamente à coletividade;
- III – que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados;
- IV – que seus diretores sejam pessoas idôneas.

§ 1º A prova das exigências contidas nos incisos I e III deste artigo far-se-á mediante apresentação do documento de constituição da entidade atualizado e de sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

§ 2º A prova das exigências contidas no inciso II deste artigo far-se-á mediante apresentação de atestado emitido por Juiz de Direito, Promotor de Justiça ou Delegado de Polícia da localidade em que a entidade tem sede.

§ 3º A prova da exigência contida no inciso IV deste artigo far-se-á mediante apresentação de Certidão Cível e Criminal Negativa, atualizada, de todos os diretores, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

§ 4º Considera-se pessoa inidônea, para o fim do disposto no inciso IV deste artigo, aquela que tiver contra si condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

§ 5º A falta de qualquer dos documentos enumerados neste artigo importará no arquivamento do processo.” (NR)

“Art. 2º

Parágrafo único. As entidades detentoras de utilidade pública e que formalizarem parceria que envolva ou não transferências voluntárias de recursos financeiros com



a administração pública em regime de mútua cooperação, deverão atender as exigências do artigo 64 da Lei nº 18.025, de 22 de maio de 2013.” (NR)

“Art. 3º Qualquer cidadão poderá requerer ao Poder Legislativo, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

I – deixar de cumprir qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei;

II – tenha contra si ou os membros da diretoria, decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de improbidade administrativa, má gestão de recursos públicos, ou prática de crimes contra a economia popular, a fé pública e o patrimônio público;

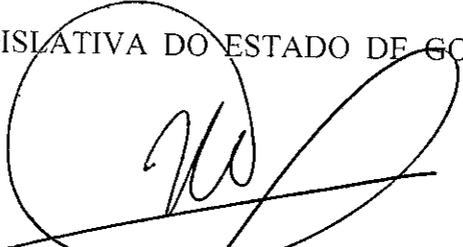
III – participar de campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

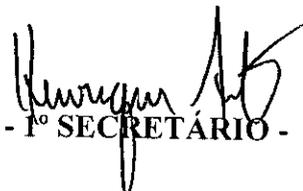
Parágrafo único. A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de 02 (dois) anos contados da data da decisão.” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as alíneas “a”, “b” e “c” do art. 1º da Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, aplicando-se aos processos apresentados a partir de sua vigência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 21 de junho de 2016.


Deputado HELIO DE SOUSA
- PRESIDENTE -


- 1º SECRETÁRIO -


- 2º SECRETÁRIO -



Diário Oficial

GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2016

Estado de Goiás

ANO 179 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 22.366

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 19.404, DE 12 DE JULHO 2016

Institui a Semana Estadual de Prevenção aos Transtornos Mentais e Comportamentais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Prevenção aos Transtornos Mentais e Comportamentais, a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de abril.

Art. 2º A Semana Estadual de Prevenção aos Transtornos Mentais e Comportamentais tem como objetivo promover a conscientização e o debate sobre os transtornos mentais e comportamentais, por meio de ações educativas, como eventos, palestras, audiências públicas, seminários e outros meios educativos e informativos.

Parágrafo único. As ações educativas de que trata o caput serão desenvolvidas por meio da colaboração entre o Poder Público, Estadual, e a sociedade civil organizada.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

12 de julho
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de 2016, 12ª de República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 19.405, DE 12 DE JULHO 2016

Estabelece a obrigatoriedade de colocação em obra pública estadual paralisada de placa contendo exposição dos motivos de interrupção.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a colocação de placa em obra pública estadual paralisada, contendo, de forma resumida, exposição dos motivos de sua interrupção.

Parágrafo único. Considera-se obra paralisada, para os efeitos desta Lei, aquela com atividades interrompidas por mais de 90 (noventa) dias.

Art. 2º Além de exposição dos motivos, deverá constar na placa de que trata esta Lei o telefone do órgão público responsável pela obra.

§ 1º A placa deverá ser colocada em local e tamanho visíveis aos cidadãos, nos moldes e dimensões de um outdoor convencional.

§ 2º A instalação de placa é de incumbência do órgão público responsável pela obra.

Art. 3º Ultrapassado o prazo de paralização de que trata o art. 1º desta Lei, o órgão público responsável pela obra deverá remeter à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado justificando os motivos de paralização da obra.

Parágrafo único. Deverá o órgão público responsável pela obra disponibilizar no site de internet do portal de transparência o relatório de que trata o caput deste artigo, para que qualquer cidadão tenha acesso aos motivos da interrupção da obra de forma mais detalhada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

12 de julho
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de 2016, 12ª de República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 19.406, DE 13 DE JULHO 2016

Dispõe sobre a regulamentação da prestação de assistência religiosa nos hospitais públicos e privados do Estado de Goiás.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Regulamenta a prestação de assistência religiosa (Capelania Hospitalar) nos hospitais públicos e privados do Estado de Goiás.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo respeitará o que prescreve o artigo 5º, Incisos VI e VII da Constituição Federal.

Art. 2º Fica assegurado ao assistente religioso o acesso nas unidades de saúde

§ 1º A prestação de assistência religiosa destina-se ao atendimento espiritual de pacientes internados ou em tratamento ambulatorial e de seus familiares.

§ 2º O serviço de atendimento espiritual somente se dará por solicitação do paciente, ou de seus familiares, em caso de seu impedimento.

§ 3º Atendidos os requisitos acima, a assistência religiosa poderá, ser prestada em qualquer horário, durante o dia ou a noite.

Art. 3º Compete à direção da unidade, conferir a identificação do assistente religioso, mediante a apresentação de documento próprio da instituição religiosa e controlar seu acesso às áreas do hospital.

Parágrafo único. O indeferimento ao acesso do assistente religioso, deve ser precedido de decisão fundamentada do médico do paciente ou por motivo de segurança para o religioso.

Art. 4º Os assistentes religiosos portarão crachá de identificação específico de função fornecido pela direção do hospital, identificando-se sempre que solicitado por funcionário ou paciente.

Art. 5º Em hipótese alguma, poderá um assistente religioso intervir-se nos procedimentos regulares de funcionamento e atendimento do hospital, sem a expressa autorização da direção, ou de médico em caso de risco de vida.

§ 1º Será inadiável a dispensa e remoção do hospital de integrantes da capelania que oferecer qualquer tipo de alimento, uso ou manuseio de medicação, igualmente proibida a movimentação de paciente, sem o consentimento de médico por ele responsável.

§ 2º O trabalho de médicos, enfermeiros e afins será sempre prioritário e sua orientação será escutada por toda a equipe de capelania.

Art. 6º O serviço de prestação de assistência religiosa, em qualquer nível, não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

13 de julho
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de 2016, 12ª de República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 19.407, DE 13 DE JULHO 2016

Dispõe sobre a divulgação de planilhas de custos pela concessionária, permissionária ou autorizatória dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É assegurado ao cidadão o direito ao acesso às seguintes informações relativas aos custos das empresas concessionárias, permissionárias ou autorizatórias dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros:

I - custos fixos, compreendendo:

- a) cálculo do valor do veículo médio;
- b) custos de capital;
- c) despesas com pessoal;
- d) despesas com pessoal operacional, manutenção e administrativo;
- e) despesas com pessoal de manutenção;
- f) despesas com pessoal de administração;
- g) despesas com plano de saúde;
- h) despesas com horário de administração;
- i) despesas com peças e acessórios;
- j) despesas administrativas;
- k) despesas com seguros;
- l) despesas não operacionais;

II - custos variáveis, compreendendo:

- a) combustível;
- b) lubrificantes;
- c) pneus ou rodagem;

III - tributos;

IV - forma de coleta dos preços dos insumos;

V - dados operacionais, compreendendo:

- a) frota;
- b) rodagem;
- c) percurso médio mensal;
- d) passageiros equivalentes;
- e) cálculos utilizados para a composição da tarifa de ônibus.

Art. 2º VETADO.

Art. 3º VETADO.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às penas de:

I - multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será graduada de acordo com a gravidade da infração e o porte econômico da delegatária;

II - caducidade da concessão, permissão ou autorização, na hipótese de descumprimento reiterado da obrigação de divulgação prevista nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação.

13 de julho
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de 2016, 12ª de República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

LEI Nº 19.408, DE 13 DE JULHO 2016

261

Altera a Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, que dispõe sobre as normas para declaração, como de utilidade pública, das entidades civis constituídas no Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 1º

I - que possuam personalidade jurídica e não tenham fins lucrativos;

II - que estejam em efetivo funcionamento há mais de um ano e sirvam desinteressadamente à coletividade;

III - que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados;

IV - que seus diretores sejam pessoas físicas.

§ 1º A prova das exigências contidas nos incisos I e III deste artigo far-se-á mediante apresentação do documento de constituição da entidade atualizado e de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

§ 2º A prova das exigências contidas no inciso II deste artigo far-se-á mediante apresentação de atestado emitido por Juiz de Direito, Promotor de Justiça ou Delegado de Polícia da localidade em que a entidade tem sede.

§ 3º A prova da exigência contida no inciso IV deste artigo far-se-á mediante apresentação de Certidão Cível e Criminal Negativa, atualizada, de todos os diretores, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

§ 4º Considera-se pessoa inidônea, para o fim do disposto no inciso IV deste artigo, aquela que tiver contra si condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

§ 5º A falta de qualquer dos documentos enumerados neste artigo importará no arquivamento do processo." (NR)

*Art. 2º

Parágrafo único. As entidades detentoras de utilidade pública e que formalizarem parceria que envolva ou não transferências voluntárias de recursos financeiros com a administração pública em regime de mútua cooperação, deverão atender as exigências do artigo 64 da Lei nº 16.025, de 22 de maio de 2013." (NR)

*Art. 3º Qualquer cidadão poderá requerer ao Poder Legislativo, mediante representação fundamentada, a revogação do ato declaratório de utilidade pública da entidade que:

I - deixar de cumprir qualquer dos requisitos mencionados no art. 1º desta Lei;

II - tenha contra si ou os membros da diretoria, decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de improbidade administrativa, má gestão de recursos públicos, ou prática de crimes contra a economia popular, a fé pública e o patrimônio público;

III - participar de campanhas de interesse político-partidário ou eleitoral, sob quaisquer meios ou formas.

Parágrafo único. A entidade cujo ato de declaração de utilidade pública tiver sido revogado não poderá obter novo título no período de 02 (dois) anos contados da data da decisão." (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as alíneas "a", "b" e "c" do art. 1º da Lei nº 7.371, de 20 de agosto de 1971.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação, aplicando-se aos processos apresentados a partir de sua vigência.

13 de julho
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, de 2016, 12ª de República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR



Goiânia, 21 de julho de 2016.

Encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no Sistema de protocolo.


RUBENS BUENO SARDINHA DA COSTA
Diretor Parlamentar